

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCACIONAL E
AGRÍCOLA VALE DO CURU**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCACIONAL E AGRÍCOLA VALE DO
CURU**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/056

Aos Administradores da
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCACIONAL E AGRÍCOLA VALE DO CURU.
São Luís do Curu - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCACIONAL E AGRÍCOLA VALE DO CURU** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EDUCACIONAL E AGRÍCOLA VALE DO CURU** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**Associação Comunitária Cultural e Educacional Agrícola do Vale do Curu**

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	73.060	60.599	Obrigações trabalhistas e tributárias		11.892	1.097
Adiantamentos		2	2.519	Provisões de férias e encargos	5	9.234	5.535
Subvenção da SECULT a receber		120.000	120.000	Contas a pagar		2.852	80
Despesas antecipadas		527	592	Subvenção a realizar	7	120.000	120.000
				DFC's a pagar	6	13.215	20.514
				Receita diferida	8	881	2.432
Total do ativo circulante		193.589	183.710	Total do passivo circulante		158.074	149.658
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	4	71.115	77.150	Patrimônio social	7	111.202	84.877
				Superávit acumulado		(4.572)	26.325
Total do ativo não circulante		71.115	77.150	Total do patrimônio líquido		106.630	111.202
TOTAL DO ATIVO		264.704	260.860	TOTAL DO PASSIVO		264.704	260.860

QUADRO 2**Associação Comunitária Cultural e Educacional Agrícola do Vale do Curu**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações do ChildFund Brasil	10	289.207	257.785
Isenção do INSS	12	34.005	26.896
Outras receitas		-	682
Subvenção SECULT	10	1.551	5.401
Doação Governo Municipal		2.450	-
Premio de Seguro		-	6.116
Receitas financeiras		-	60
Receita de Serviço Voluntário	15	1.888	1.729
Doações de associados e da comunidade	10	-	43
		329.101	298.712
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e encargos		(128.836)	(88.235)
Materiais para programas		(48.282)	(44.324)
Utilidades e serviços		(28.939)	(11.971)
Treinamentos		(9.870)	(8.775)
Serviços de terceiros		(37.836)	(49.505)
Depreciação	11	(12.821)	(14.902)
Despesas bancárias		(3.391)	(2.460)
Isenção do INSS		(34.005)	(26.896)
Despesas gerais		(22.710)	(18.315)
Despesas de serviço voluntário		(1.888)	(1.729)
Custo dos bens baixados		(5.095)	(5.275)
		(333.673)	(272.387)
Superávit/déficit do exercício		(4.572)	26.325

QUADRO 3**Associação Comunitária Cultural e Educacional Agrícola do Vale do Curu**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas	Superávit (déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	162.298	-	(77.421)	84.877
Incorporado ao patrimônio social	- 77.421	-	77.421	-
Superávit do exercício	-	-	26.325	26.325
Saldos em 31 de dezembro de 2017	84.877	-	26.325	111.202
Incorporado ao patrimônio social	26.325	-	(26.325)	-
Déficit do exercício	-	-	(4.572)	- 4.572
Saldos em 31 de dezembro de 2018	111.202	-	(4.572)	106.630

QUADRO 4**Associação Comunitária Cultural e Educacional Agrícola do Vale do Curu**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do exercício	(4.572)	26.325
Ajustes		
Depreciação e amortização	12.821	14.902
Baixa do ativo imobilizado	5.095	5.275
	<u>13.344</u>	<u>46.502</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Despesas antecipadas	65	719
Créditos	2.517	202
	<u>2.582</u>	<u>921</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Contas a pagar	2.771	(382)
Obrigações trabalhistas e tributárias	10.795	(1.391)
Receita diferida	(1.551)	(5.401)
Provisões de férias e encargos	3.699	652
DFC's a repassar	(7.299)	11.065
	<u>8.415</u>	<u>4.543</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>24.341</u>	<u>51.966</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(11.880)	(1.873)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(11.880)</u>	<u>(1.873)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>12.461</u>	<u>50.093</u>
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60.599	10.506
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	73.060	60.599
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa.	<u><u>12.461</u></u>	<u><u>50.093</u></u>

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL AGRÍCOLA DO VALE DO CURU

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Comunitária Cultural Educacional e Agrícola do Vale do Curu é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regida por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a prestação de serviço de assistência social.

Atua na área de assistência social as famílias, no Município do São Luís do Curu – CE, que são devidamente inscritas e participantes dos programas desenvolvidos por esta entidade. O público para atendimento das suas ações são preferencialmente, as famílias, crianças, adolescentes em vulnerabilidade social, beneficiárias dos programas de transferência de renda ou que possui perfil de beneficiário.

Mantida exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas, a Entidade não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma Assembleia Deliberativa, por um Conselho Fiscal com o mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade.

Reconhecida de Utilidade Pública no âmbito federal e Municipal sob Lei nº368/2002 com registros no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS , Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS sob nº 002/1997 e no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 001/1997, reconhecida como Entidade beneficente de Assistência Social Processo nº71000.043015/2015-03, Valido 19/11/2015 a 18/11/2020.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

2.2. Políticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2018	2017
Caixa subsídio FCC	-	1.629
Banco do Brasil – Subsídio	73.010	58.970
Banco do Brasil – doação Prefeitura	50	
Total	73.060	60.599

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em certificados de depósitos Bancários, com remunerações atreladas ao CDI. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2018	2017
Edificações e instalações	4%	58.988	58.988
Veículos	40%	6.116	-
Computadores e periféricos	20%	27.206	26.525
Máquinas e equipamentos	10%	27.129	32.315
Móveis e utensílios	10%	19.357	27.024
Instrumentos musicais	10%	1.000	1.000
		139.796	145.852
Depreciação acumulada			(68.702)
Total Imobilizado		71.115	77.150

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.17	Baixas	Adições	Transf./Aju stes	Saldo em 31.12.2018
Bens						
Computadores e periféricos	20%	26.525	(3.038)	3.719	-	27.206
Máquinas e equipamentos	10%	32.315	(7.232)	2.046	-	27.129
Instrumentos Musicais	10%	1.000	-	-	-	1.000
Móveis e utensílios	10%	27.024	(7.667)	-	-	19.357
Veículos	40%	-	-	6.116	-	6.116
Edificações	4%	58.988	-	-	-	58.988
		145.852	(17.937)	11.881	-	139.796
Depreciação						
Computadores e periféricos		(16.546)	1.891	(3.867)	-	(18.522)
Máquinas e equipamentos		(11.706)	4.467	(2.739)	-	(9.978)
Intrumentos Musicais		(194)	-	(100)	-	(294)
Móveis e utensílios		(17.230)	6.484	(1.898)	-	(12.644)
Veículos		-	-	(1.857)	-	(1.857)
Edificações		(23.026)	-	(2.360)	-	(25.386)
		(68.702)	12.842	(12.821)	-	(68.681)
Total da conta		77.150	(5.095)	(940)	-	71.116

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

5. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	8.472	5.078
FGTS sobre férias	677	406
PIS sobre férias	85	51
Total	<u>9.234</u>	<u>5.535</u>

6. DFC's (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo anterior	20.514	9.450
DFC's recebidos destinados às Crianças	76.188	92.458
DFC's repassados às Crianças	(83.487)	(81.394)
 Saldo a Repassar para crianças	 <u>13.215</u>	 <u>20.514</u>

7. SUBVENÇÃO A REALIZAR/ RECEBER

Saldos referentes a receitas a serem realizadas em exercícios subsequentes.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contrato Subvenção Secult	120.000	120.000
Receita realizada – Subvenção Secult		
Saldo Subvenção a realizar	<u>120.000</u>	<u>120.000</u>
Valor não realizado		
Saldo Subvenção a receber	<u>120.000</u>	<u>120.000</u>

8. RECEITA DIFERIDA

Conforme determinam as NBCT 19.4 Subvenção e Assistência Governamental, as Subvenções destinadas a investimentos deverão ter o reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso do imobilizado se dá pela depreciação.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 111.201 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 84.876 em 31 de dezembro de 2017) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo reduzido em função do déficit apurado. O valor de Déficit neste exercício foi de R\$ 4.572 e R\$ 26.325 de superávit em 2017.

10. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2018	2017
Subsídio do ChildFund Brasil	289.207	257.785
Subvenções e doações públicas	4.001	5.401
Doações da Comunidade	-	43
Total	293.208	263.229

11. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto no. 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, tendo concedido gratuidades em 2018 no montante de R\$ 279.523 (R\$ 223.039 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Despesas operacionais	334.835	272.387
Contrib. sociais – INSS Quota Isenta	(34.005)	(26.896)
Despesas com depreciação	(12.821)	(14.902)
Resultado na baixa imobilizado	(5.095)	(5.275)
Despesas Financeiras	(3.391)	(2.275)
Total	279.523	223.039

12. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

13. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receitas, e totalizou R\$ 34.005 (R\$ 26.896 em 2017).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável as entidades sem finalidades de lucros a Assoc Com Cul Ed e Ag do Vale do Curu Identificou e mensurou os trabalhos voluntários do Conselho Administrativo durante os exercícios de 2018 e de 2017

<u>Governança</u>	Descrição	2018	2017
	Quantidade de horas	76	68
	Valor h/h	24,84	25,42
	Valor total - R\$	1.888	1.729
